

PUBLICADO EM: 13108125

EDIÇÃO NÚMERO: 2994

JORNAL: DIAPID OFICIAL

RESOLUÇÃO Nº 10/2025.

Acrescenta o inciso XI ao art. 36 para criar a Comissão Permanente de Legislação Participativa, bem como altera os artigos 42 e 131, todos os dispositivos da Resolução nº 05, de 18 de outubro de 2001 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Largo), conforme especifica.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu PROMULGO a seguinte Resolução:

Art. 1º Adiciona o inc. XI ao art. 36 do Regimento Interno, que passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 36
[]
XI – Comissão de Legislação Participativa.
Art. 2º Adiciona o inc. XI, o §1º, o §2º e o §3º ao Art. 42 do Regimento Interno, que

passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42 –

[...]

XI- à Comissão de Legislação Participativa compete receber, examinar e emitir parecer sobre sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos, bem como pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas, culturais e instituições de ensino;



- §1º As sugestões de iniciativa legislativa que receberem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição legislativa de sua iniciativa, que será encaminhada à Mesa para regular tramitação. As sugestões que receberem parecer contrário serão encaminhadas ao arquivo.
- §2º A Comissão de Legislação Participativa poderá realizar reuniões temáticas, convidando a sociedade civil organizada para participação, de forma isolada ou em conjunto com outras Comissões Permanentes. A critério da Comissão, autoriza-se a participação de especialistas, autoridades e pessoas jurídicas de direito privado que possam contribuir para a discussão do tema objeto da reunião.
- §3º Preferencialmente, as reuniões temáticas realizadas pela Comissão de Legislação Participativa atenderão a um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU- Agenda 2030).

Art. 3º Suprime o parágrafo único do Art. 131 do Regimento Interno, acrescentando	0
os §1ª e §2º ao referido artigo, que passa a vigorar com a seguinte redação:	

Art.	31	
[]		

- §1º A iniciativa legislativa popular, relativa a Projeto de Lei do interesse do Município, será feita através de manifestação expressa de pelo menos cinco por cento do eleitorado.
- §2º A participação da sociedade civil poderá, ainda, ser exercida mediante o oferecimento de sugestões de iniciativa legislativa, de pareceres técnicos, de exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas no inciso XI do Art. 42.



Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Campo Largo, em 13 de Agosto de 2025.

ALEXANDRE GUIMARÃES

Presidente